



*Novos Cadernos NAEA*

v. 26, n. 1 • jan-abr. 2023 • ISSN 1516-6481/2179-7536



# **A ILHA DO COMBU: ENSAIO SOBRE TURISMO E LAZER EM INTENSO CRESCIMENTO**

## **THE COMBU ISLAND: ESSAY ON TOURISM AND LEISURE IN INTENSE GROWTH**

**Thainá Guedelha Nunes**  

Universidade Federal do Pará (UFPA)

**Lourdes Gonçalves Furtado**  

Museu Paraense Emílio Goeldi

## RESUMO

O texto traz à tona resultados preliminares sobre as transformações pelas quais a Área de Proteção Ambiental Ilha do Combu vem passando devido ao turismo e lazer. Trata-se de uma pesquisa antropológica qualitativa, tem como base a etnografia com realização de trabalho de campo, observação direta e participante, entrevistas semiestruturadas e conversas informais. Foram realizados registros fotográficos, mapeamento dos estabelecimentos voltados para o turismo na ilha e análise de documentos e matérias antigas de jornais. Devido ao grande aumento da demanda, o local se tornou um importante ponto turístico da cidade de Belém, gerando mais renda para muitos ribeirinhos, assim como valorização cultural e incentivo ao protagonismo dos sujeitos locais. Porém, existem também muitos aspectos preocupantes como, por exemplo, a grande multiplicação de estabelecimentos, a especulação imobiliária (e ilegal), erosão, da entrada e atuação de pessoas de fora da ilha. Assim, observa-se um crescimento acelerado e desordenado do turismo e lazer na ilha, cujo Conselho Deliberativo não é devidamente atuante e nem sequer plano de manejo possui ainda.

**Palavras-chave:** Turismo. Lazer. Ribeirinhos. Ilha do Combu.

## ABSTRACT

The text brings to light preliminary results on the transformations that the Environmental Protection Area Ilha do Combu has been going through due to tourism and leisure. This is a qualitative anthropological research, based on ethnography with fieldwork, direct and participant observation, semi-structured interviews and informal conversations. Photographic records, mapping of establishments focused on tourism on the island and analysis of documents and old newspaper articles were carried out. Due to the great increase in demand, the place has become an important tourist spot in the city of Belém, generating more income for many riverside dwellers, as well as cultural appreciation and encouragement to the protagonism of local subjects. However, there are also many worrying aspects such as, for example, the great multiplication of establishments, real estate speculation (and illegal), erosion, the entry and performance of people from outside the island. Thus, there is an accelerated and disorderly growth of tourism and leisure on the island, whose Deliberative Council is not properly active and does not even have a management plan yet.

**Keywords:** Tourism. Leisure. Riverside people. Combu Island.

## 1 INTRODUÇÃO

Este ensaio é fruto de uma pesquisa de doutorado, em andamento, que visa compreender as transformações que vêm ocorrendo na Ilha do Combu, devido ao crescimento do turismo e lazer, sob a ótica da Antropologia. Também, tem como objetivo compreender como os ribeirinhos estão concebendo esse processo e a presença dos turistas e visitantes em seu território, assim como sua concepção para o desenvolvimento do local. Pretende-se, com o desenrolar da pesquisa, problematizar as bases sob as quais o turismo se assenta, o que acaba refletindo nas práticas e relações que permeiam a atividade, buscando uma análise sob a perspectiva da decolonialidade.

O lócus de pesquisa, a Ilha do Combu, faz parte da região insular da cidade de Belém, no estado do Pará, localizada em frente à área urbana da cidade, a Belém continental, compartilhando com essa o Rio Guamá. Apesar do crescimento populacional na ilha e sua proximidade com o centro urbano, as comunidades ribeirinhas conservaram sua realidade cotidiana ainda muito ligada ao meio ambiente natural, aos rios e à mata que ainda são predominantes na ilha.

De acordo com Dergan (2006), o turismo na Ilha do Combu começou por volta da década de 80, porém, até não muito tempo atrás, entre 2010 e 2014, a ilha era ainda bastante desconhecida, assim como, os ribeirinhos que ali habitam encontrava-se em um cenário de certa invisibilidade. Até esse período, a atividade era bastante tímida, o fluxo de pessoas de fora da comunidade que buscavam o lazer na ilha era pequeno, porém, desse período em diante, a ilha vem ganhando cada vez mais destaque devido sua crescente turistificação. Como aponta Serra (2019, p. 274), esse processo se refere “à apropriação e transformação de espaços para o turismo e ao direcionamento de atividades para o atendimento de visitantes, buscando-se, assim, atender, sobretudo, a interesses mercadológicos”.

Em seu início, de certa forma, espontâneo, o funcionamento do lazer no local ocorria apenas durante os fins de semana e feriados, de maneira fixa, e eventualmente durante a semana mediante reserva antecipada com o estabelecimento escolhido. Por volta de 2017, já era possível observar um grande fluxo de pessoas atravessando para a ilha. A partir de 2019, aproximadamente, o turismo e o lazer na ilha passaram a ocorrer durante a semana também. Hoje, é difícil encontrar um adulto belenense que não conheça o local, mesmo que ainda não o tenha visitado.

A ilha é conhecida por muitos turistas nacionais e internacionais, bem como está cada vez mais presente na mídia, seja na internet, jornais ou televisão. É comum o turista que chega a cidade receber como dica para seu roteiro turístico uma visita à Ilha do Combu, tendo sido incluída como roteiro turístico, inclusive, em materiais de divulgação do turismo na cidade produzidos pelo governo, como o que é distribuído no recém restaurado Solar da Beira no complexo do Ver-o-Peso.

Isso tem refletido em certas mudanças, por parte de algumas comunidades ao menos, no intuito de atender a crescente demanda turística e também se beneficiar desta. Para além do desenvolvimento local almejado pelos ribeirinhos da ilha há anos, há que se refletir sobre as implicações preocupantes que a atividade tem gerado. Ressalta-se que a Ilha do Combu é uma Área de Proteção Ambiental (APA), sem plano de manejo e sem conselho deliberativo atuante. Nesse sentido, este ensaio tem como objetivo apresentar os resultados preliminares acerca das transformações observadas na ilha, devido à atividade turística que segue avançando de maneira exponencial e, em grande medida, desordenada.

## 2 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa antropológica qualitativa, tendo como base a etnografia com realização de trabalho de campo, observação direta e participante. A inserção na Ilha do Combu, como lócus de pesquisa, teve início no ano de 2010, com o início da experiência com pesquisa a partir do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), no Grupo de Pesquisa Recursos Naturais e Antropologia Social (RENAS), do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG). Ao longo dos anos seguintes, foi dada continuidade nas pesquisas na Ilha do Combu sob variados temas, culminando no Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais, dando continuidade no mestrado e chegando no presente momento.

O primeiro contato foi mediado pela Dra. Denize Adrião, que mantém um projeto pessoal na comunidade Igarapé do Combu. Por meio intermédio da professora, foi estabelecido contato com Ailson de Sousa, conhecido como Seu Careca, morador dessa mesma comunidade que possui um estabelecimento comercial no local e, também, faz serviços de transporte em seu barco. Esse foi um interlocutor fundamental durante todo

o percurso das pesquisas ali realizadas, prestando auxílio como guia local e mediando muitos contatos para realização das entrevistas semiestruturadas e conversas informais.

Pesquisar sobre e na ilha há 10 anos proporcionou, de certa forma, acompanhar o desenvolvimento da ilha, o crescimento do turismo e lazer no local e sua popularização, o que fez ver a necessidade de aprofundar sobre a questão. Além de fazer várias incursões a campo ao longo dos anos, teve participações em atividades voltadas para os visitantes e visitas a vários restaurantes da Ilha. Em novembro de 2019, foi realizado o mapeamento dos estabelecimentos comerciais utilizando um aparelho de GPS portátil. Houve também a análise de documentos como as ATAs do conselho deliberativo, haja vista que o local é uma APA, assim como o plano diretor de Belém que está em processo de revisão e abarca o turismo na ilha, o plano estratégico de turismo do estado do Pará 2012 – 2020 e matérias antigas de jornais que mencionam a ilha.

### **3 TURISMO: DELIMITANDO O TEMA**

O turismo é um fenômeno que vem ganhando força como uma alternativa da classe trabalhadora para aproveitar seu tempo livre, buscando lazer que traga descanso e bem-estar. Essa alternativa vem cada vez mais se apresentando como fundamental para o alívio do estresse causado pelas pressões da vida, principalmente, nos centros urbanos. Como destaca Burns (2004), turismo é um fenômeno complexo, de tal forma que até sua definição tem sido problemática, ao ponto de não haver de fato um consenso. De acordo com Barreto (2003), houve uma primeira tentativa de definição no ano de 1905, por Josef Stradner, ao associar essa atividade com o movimento de viajantes de luxo de um país para outro para satisfação de suas necessidades luxuosas, sem exercer atividade remunerada.

A própria Organização Mundial do Turismo (OMT) produziu várias definições durante sua existência (PAKMAN, 2014), em comparação com as tantas outras publicadas ao longo do tempo, percebe-se uma série de variáveis diferentes levadas em consideração. Ao se analisar as definições levantadas por Barreto (2003, 2009), Ignarra (1999), Banducci Júnior (2006), Organização Mundial do Turismo (UNITED NATIONS, 2008) e Pereiro e Fernandes (2018) é possível observar alguns aspectos dessa complicada trajetória.

Alguns elementos em consenso nas definições compreendem viajar, ou seja, deslocar-se do local de residência fixa para outro, de maneira temporária, por um tempo determinado que se passa longe de casa e atividades relacionadas ao lazer, principalmente. Assim, turismo seria um tipo específico de viagem, pois implica um deslocamento, porém, nem toda viagem pode ser considerada como turismo. Nesse sentido, Barreto (2003) apresenta como exemplos as viagens de negócios, de estudo e visita a parentes em momentos especiais, como envolvendo compromissos, isto é, a ida não sendo por iniciativa da pessoa, como a ocasião de falecimento de um ente querido. Vale ressaltar que a autora apresenta indícios de que pessoas que viajam nessas condições, acima citadas, podem se “transformar” em turistas nos tempos livres.

Por essa lógica, considerar se é turismo envolve outros elementos como recursos, infraestrutura, superestrutura jurídico-administrativa (instituições normativas), outras motivações e atividades. De acordo com Banducci Júnior (2006), a própria noção do que seria viajar se alterou ao longo do tempo, em que antes se tinham viagens realizadas de maneira individual, passou-se a ser realizadas coletivamente, porém ainda sem estrutura e planejamentos específicos de lazer. Ademais, a viagem sem muito conhecimento acerca do destino e suas possíveis adversidades apresentaria grandes possibilidades de riscos, o que seria amenizado pela atividade de pessoas diretamente voltadas para essas questões. Assim, esse fator teria sido fundamental na transformação da viagem em turismo.

Um elemento que aparece em certas definições iniciais seria o não envolvimento de atividade remunerada por parte do visitante, como em Oscar de La Torre (1992 apud IGNARRA, 1999), porém muitas das definições não demarcavam esse fator como crucial. Já a relação do lazer com o turismo é indissociável, pois há a busca por válvulas de escape momentâneas da rotina exigente e estressante da sociedade contemporânea. Isso porque o lazer surge na modernidade, haja vista que anteriormente não se tinha uma separação oficial do lazer em relação ao trabalho (PEREIRO; FERNANDES, 2018; BARRETO, 2003).

Outro elemento, presente em algumas definições que merece destaque, refere-se às relações sociais como algo indissociável da atividade, principalmente, entre os visitantes e a população residente, como em Smith (1992 apud PEREIRO; FERNANDES, 2018) e Chambers (2000 apud PEREIRO; FERNANDES, 2018). Nesse sentido, mesmo não se podendo esquecer que o turismo envolve a questão econômica, em nossa perspectiva antropológica,

o centro da atividade não é necessariamente o dinheiro e, sim as pessoas, assim também destaca Pereiro e Fernandes (2018).

O dinheiro não viaja por conta própria, e com o que, e quanto, ele será gasto vai depender, principalmente, da pessoa que o possui. Sendo assim, sem pessoas se deslocando, e conseqüentemente, relacionando-se com outras de alguma forma, não há turismo. Além disso, o estabelecimento dessas trocas também afeta, e muito, os desdobramentos desse fenômeno na vida das pessoas envolvidas direta ou indiretamente. Então, no geral, temos que:

O turismo consiste no deslocamento de pessoas que, por diversas motivações, deixam temporariamente seu lugar de residência e visitam outros lugares, utilizando uma serie de equipamentos e serviços – geralmente prestados por pessoas – especialmente implantados para esse tipo de visitação, cuja operação é um negócio (BARRETO, 2009, p. 55).

Cabe destacar ainda que a entrada do turismo como tema a ser abordado pela Antropologia não foi um caminho fácil e rápido, possivelmente, por isso não haja um consenso da consolidação de uma Antropologia do Turismo. De acordo com o levantamento de Pereiro e Fernandes (2018), os estudos sobre o turismo, no geral, tem sua origem na Europa em 1920, e entre 1930 e 1940 surgem as primeiras referências antropológicas no campo do turismo.

Em 1941, surge o sociólogo e antropólogo norte-americano Robert Redfield, que pesquisou comunidades maias no México, sendo um dos primeiros da área a perceber e expressar que o turismo influenciava na cultura local. Porém, foi somente a partir de 1960 que começaram a aparecer os estudos sobre o tema na Antropologia, bem como na Sociologia, criando, assim, um novo campo de investigação (BANDUCCI JÚNIOR, 2006; PEREIRO E FERNANDES, 2018).

Mesmo sendo um fenômeno de grande magnitude, os acadêmicos da área não consideravam que o tema tivesse relevância antropológica (GRABURN, 2008). Isso se refletiu num tardio olhar antropológico sobre o fenômeno, enquanto outras disciplinas já estavam há bastante tempo produzindo conhecimento sobre o tema. Diante disso, Burns (2004) expõe que o turismo foi pensado, ao menos inicialmente, para ser sobre economia e turistas, e não sobre a comunidade local.

Esse seria percebido como algo ocidental, de sociedades industrializadas ou de grande porte, então, não era muito relevante para os estudos de grupos sociais de pequena escala. Dessa maneira, a Antropologia acabou se abstendo desse debate inicial, deixando uma lacuna de reflexão crítica e, de

certa forma, contribuindo para a não inclusão do componente sociocultural como parte importante no processo de desenvolvimento do turismo. Muitas vezes, então, prevalecendo percepções técnicas e econômicas.

Nesse sentido, mesmo diante de tanta relutância, surge a Antropologia do Turismo, a qual buscou contribuir para suprir essa demanda teórica, que, de início, teve como foco os impactos, tidos como negativos, da atividade. Vale mencionar que muitos antropólogos vêm preferindo denominar de interferências, passando a serem vistos como processos, dentre outros tantos pelos quais uma localidade passa no decorrer do tempo que geram transformações. Desse modo, os estudos que buscaram romper com a visão que predominava mostraram:

que o turismo não é o único responsável por todas as mudanças que ocorrem numa determinada cultura, pois, se esta não é estática, os elementos que provocam suas alterações provêm tanto de fatores internos quanto das mais diversas modalidades de influências externas. O turismo, como agente desse processo amplo, pode tanto destruir como estimular respostas positivas que venham a reforçar a identidade do grupo ou outros aspectos da cultura local (BANDUCCI JÚNIOR, 2006, p. 42-43).

Atualmente, ainda se fala muito em impactos que o turismo pode trazer pelas comunidades receptoras, mesmo que se fale nos impactos positivos e negativos, a palavra ainda remete muito mais a uma noção de colisão, de choque, ou seja, um encontro violento entre dois corpos. Obviamente, é importante continuar analisando as consequências negativas que podem ser geradas pelo turismo, porém, é essencial que o movimento do contato intercultural como algo que se revela, “hoje, muito mais como transversalidades e re-elaborações do que como impactos e assimilações” (SANTOS, 2006, p. 246).

Recentes estudos também demonstram essa outra abordagem para as tais interferências, em que se pode incluir ainda o reforço cultural, uma fonte de trabalho alternativa, o desenvolvimento nas regiões mais isoladas, podendo diminuir a migração do rural para o urbano e possibilitando a preservação de costumes locais. Entretanto, evidentemente, não se pode negar que, muitas vezes, há consequências negativas advindas da atividade turística, seja pelo débil planejamento, má implementação desse planejamento, ou, pior ainda, quando não há planejamento algum e essa atividade cresce de maneira desordenada.

Nesse sentido, é fundamental romper com uma visão totalmente negativa do turismo, todavia, sem fantasiar ou idealizar, já que pode mascarar situações que prejudiquem a população receptora. É necessário por essa perspectiva repensar a concepção de turismo que temos em nossa sociedade, especialmente, refletir nas ações públicas e privadas, no local.

Diante disso, repensar o foco que é dado quando se fala em turismo, que são geralmente os turistas e o dinheiro gerado pela atividade, muitas vezes, acaba deixando de lado os anseios e o bem-estar da população e do local que atrai o turista. Por essa ótica, “a antropologia do turismo apresenta um valor intelectual e de pensamento fundamental para o turismo, isto é, ela é útil para pensar e aprender a pensar o turismo” (PEREIRO; FERNANDES, 2018, p. 214). Desse modo:

para a antropologia, o turismo é um fato social total e também um processo social, econômico e cultural no qual participam vários agentes sociais, sendo fundamentais os mediadores, isto é, políticos, planejadores, profissionais do marketing, hoteleiros, transportadores, guias, agências de viagem, escritores e investigadores (PEREIRO; FERNANDES, 2018, p. 216).

O visitante, ator social fundamental da atividade, busca lugares, de certa forma, diferentes do que ele encontra no seu dia-a-dia. Por isso, conhecer lugares e culturas diferentes é um dos atrativos ao se fazer uma viagem, além disso, um lugar considerado “exótico” acaba chamando a atenção na hora de escolher o destino. Assim, a imagem da Ilha do Combu vem cada vez mais sendo “vendida” como um paraíso exótico de fácil acesso, um pedaço ainda muito preservado da Amazônia, bem em frente a área urbana de Belém.

O local, então, é visto como uma ótima opção para quem quer beber e comer, ressaltando-se o cardápio com as comidas típicas de Belém, o que possibilita um reencontro com o “passado”<sup>1</sup> da relação do homem com seu meio ambiente, proporcionando experiências sensoriais singulares. A partir disso, para a população da Ilha do Combu, o turismo e o lazer em seu território vêm ganhando espaço como atividade econômica e possibilidade de aumento da renda familiar, entretanto, o constante fluxo de turistas e visitantes na ilha têm gerado significativas modificações no modo de vida local.

---

<sup>1</sup> Cabe destacar que essa é uma visão ainda muito presente no imaginário do senso comum, mesmo que seja um debate superado nas Ciências Sociais em relação a concepção de evolucionismo social.

## 4 A ILHA DO COMBU

A Ilha do Combu é uma das 39 ilhas da região insular de Belém, possui uma área de aproximadamente 15 km<sup>2</sup> e está distante aproximadamente 15 minutos de barco do continente. Na ilha se encontram cinco comunidades: Beira Rio Guamá, Igarapé do Combu, Furo da Paciência, Igarapé do Piriquitaquara e Furo do Benedito.

A ocupação da ilha parece ter começado a se formar por volta do final do século XIX, de acordo com Dergan (2006), e é resultado de uma série de acontecimentos ligados aos processos históricos e sociais do desenvolvimento da cidade de Belém. Indígenas e negros foram os primeiros a desbravar o local que era considerado como sem valor no planejamento da urbanização da cidade. O local já passou por complicações fundiárias como consequência do regime sesmarial do Brasil Colônia, já foi visto como um espaço vazio, mesmo havendo pessoas lá vivendo, outrossim, já foi lugar de veraneio exclusivo da elite belenense da época, já teve fábrica de tijolos, e, em outro momento, tornou-se um lugar perfeito para as prisões que viriam a ser o destino dos transgressores da cidade<sup>2</sup>.

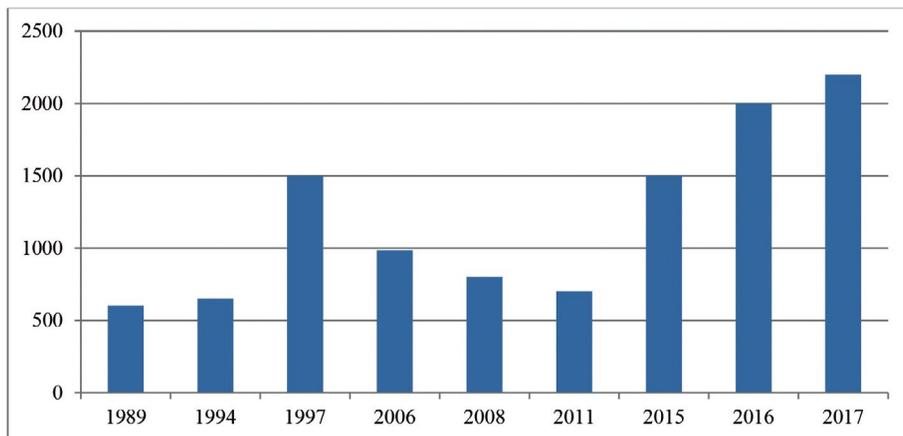
A partir disso, consolidou-se como lugar de moradia de famílias ribeirinhas extrativistas, foi oficializado como APA e, hoje, transformou-se em um dos principais pontos turísticos de Belém. A população que habita a ilha é composta, majoritariamente, por ribeirinhos<sup>3</sup>, cujo modo de vida se estabelece ainda muito ligado ao meio ambiente de seu território, aliás, vem crescendo ao longo dos anos. No Gráfico 1 da página seguinte é possível perceber a variação da quantidade de habitantes da ilha ao longo dos últimos 32 anos.

De acordo com as fontes consultadas, percebe-se as principais motivações para as variações apresentadas no gráfico. Em 1994, houve o declínio da economia, iniciada na década de 90, que atingiu a população da ilha, com a queda do preço do cacau no mercado e as consequências da exploração predatória da palmeira do açaí (NO COMBU..., 1994).

<sup>2</sup> Para maiores detalhes da caracterização do local e seus habitantes consultar Nunes (2017).

<sup>3</sup> Populações cujos costumes, significados, simbologias, tradições, conhecimentos comportamentos, percepções, e etc, são pautados por um modo de vida baseado na relação com o rio e a floresta, vivendo e pertencendo à beira do rio. Para maior aprofundamento, principalmente, sobre o contexto em questão, ver Nunes (2017).

Gráfico 1 – Aumento da população da Ilha do Combu



Fonte: elaborado pela autora a partir de Combu... (1989), No Combu... (1994), O paraíso... (1997), Doenças... (2008), Dergan (2006), Batista (2011), Belemtur (2019), Nunes (2017) e Rodrigues (2018).

Porém, pouco tempo depois, a situação da economia e a vida da população local melhoraram, tendo como principais atividades econômicas o extrativismo e a pesca do camarão, conseqüentemente, o local foi se desenvolvendo e a qualidade de vida aumentando, o que parece ter atraído mais pessoas. Após esse momento, houve uma queda no número de moradores da ilha, isso pode ter sido resultado da dependência econômica que tinham do açaí, pois a entressafra do açaí representava um momento de dificuldades (ECONOMIA..., 2006).

Nesse sentido, toda essa conjuntura, aliada a outras dificuldades como a inexistência de serviço de energia elétrica na ilha, que só foi implementada em 2014, problemas relacionados à saúde, à educação, à coleta de lixo, o acesso à água potável e uma infraestrutura básica para moradia, como falta de saneamento básico (NUNES, 2017), fizeram com que muitos decidissem deixar a ilha. No entanto, a partir de 2015 se observa um constante crescimento daquela população, chegando a 2200 pessoas, de acordo com Rodrigues (2018). A priori, consideramos que isso é reflexo das mudanças que já vinham acontecendo devido ao crescimento do turismo e lazer no local, já que esse fenômeno se apresentava como uma promissora possibilidade de aumento da renda familiar.

Ao longo do tempo, várias pessoas foram se deslocando para a ilha e lá estabelecendo residência, formando família e construindo o modo de vida ribeirinho que conhecemos hoje. Muitos vieram dos arredores, como

do continente, de Acará, Marajó, Abaetetuba, ou de mais longe, como o estado do Ceará (NUNES, 2017). Ademais, muitos vieram para trabalhar para os “donos” das terras do local que nem pensavam e, nem queriam, ali morar. Bem como, muitos foram a convite de familiares e/ou conhecidos. O objetivo era, em sua maioria, o mesmo: a busca por melhoria de vida, em um lugar onde não se pagava caro para morar, tinha abundância de recursos para subsistência e que era bem perto de várias outras cidades (NUNES, 2017).

## 5 O TURISMO NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA ILHA DO COMBU

Ao iniciar as pesquisas em 2010, percebeu-se que pouquíssimas pessoas sabiam da existência da Ilha do Combu e, menos ainda, onde essa se localizava. Atualmente, o quadro se inverteu, sendo agora difícil encontrar pessoas que não saibam sobre a ilha, mesmo que ainda não a tenham visitado. Na verdade, é comum ouvir dessas pessoas que a vontade de conhecer a ilha é grande, devido à repercussão do local enquanto ótima opção de lazer em Belém.

Vale pontuar ainda que no processo de urbanização de Belém, Dergan (2006) destaca que a cidade se desenvolveu de costas para o rio, inclusive, desvalorizando as ilhas ao entorno. Contudo, o rio é um elemento bastante característico da região, tendo Belém uma grande expressividade de ilhas, chegando a ser afirmado por Moreira (1966, p. 69) que “a cidade nasceu por assim dizer sob o signo insular”. Apesar daquele cenário inicial,

a partir do ano de 1998, iniciam-se significativas tentativas de reaproximação das águas, sendo o turismo enquanto atividade econômica capaz de gerar emprego, renda e momentos de entretenimento para a população, uma das principais justificativas de abertura da cidade para o rio (RODRIGUES, 2018, p. 43).

Para o desenvolvimento de um produto turístico, um dos elementos importantes é a infraestrutura básica para atender a demanda da atividade, assim como, um conjunto de serviços urbanos de apoio ao turismo (IGANARRA, 1999; BARRETO, 2003). Em outras palavras, não basta o local apresentar um ótimo atrativo turístico, se os visitantes tiverem dificuldades de, por exemplo, chegar ao destino escolhido. Como salientam Barbosa e Campos (2017), essa questão faz parte das transformações da esfera social ocasionada pelo turismo.

Isso se percebe com relação ao contexto de turistificação da Ilha do Combu, ao se analisar as mudanças ocorridas no local onde tradicionalmente é utilizado para a travessia para a ilha. Nesse sentido, o trapiche da Praça Princesa Isabel, localizada na Av. Bernardo Sayão com a Av. Alcindo Cacela, no bairro da Condor, periferia de Belém, passou por diversos momentos de descaso.

O local não tinha um porto, terminal fluvial ou alguma estrutura propícia para a realização da travessia de maneira mais qualitativa. Também, não havia qualquer informação sobre as opções de lazer do local, como pode ser notado na Figura 1.

Figura 1 – Trapiche da Praça Princesa Isabel sem nenhuma divulgação das atrações da ilha



Fonte: Thainá Nunes, trabalho de campo, 2013.

Devido à grande desinformação do público que buscava conhecer a ilha, a escolha se dava de maneira aleatória, com a indicação de restaurantes por parte dos barqueiros ou das pessoas que também aguardavam para atravessar. Muitos acabavam simplesmente descendo nas primeiras paradas da embarcação, fazendo com que os restaurantes da Beira do Rio Guamá conseguissem captar a maior parte dos visitantes.

Diante do crescimento da procura pela ilha, o proprietário do restaurante, recém inaugurado, Chalé da Ilha, por estar localizado adentrando bastante a Comunidade Igarapé do Combu, percebeu que seria necessário

investir em divulgação. Então, colocou um banner na Praça Princesa Isabel como estratégia para atrair clientes.

Na Figura 2, abaixo, observa-se que outros decidiram seguir a mesma estratégia e também colocaram seus banners divulgando seus estabelecimentos, anunciando as opções para os visitantes. Tal fato mostra a competitividade entre os estabelecimentos locais em atrair os visitantes para seus bares e restaurantes, o que gerou resultados, mesmo não sendo o único fator, tendo em vista que a demanda para os que se localizavam na Comunidade Igarapé do Combu cresceu consideravelmente, da mesma forma que a quantidade de estabelecimentos.

Figura 2 – Trapiche da Praça Princesa Isabel com novos banners



Fonte: Thainá Nunes, trabalho de campo, 2019.

Concordando com Barbosa e Campos (2017, p. 825), a partir da expansão da atividade turística em uma localidade “são desencadeados processos de transformações sociais, econômicas, espaciais e ambientais pautados pelas demandas do mercado”. Essa questão já é observada na transformação pelo qual o trapiche da praça passou, como observado na Figura 3. A construção de uma estrutura melhor para a realização da travessia era algo desejado pela população ribeirinha há muito tempo, porém, somente com a popularização da ilha como um atrativo turístico da cidade é que, finalmente, foi construído um terminal fluvial no local, inaugurado em outubro de 2020.

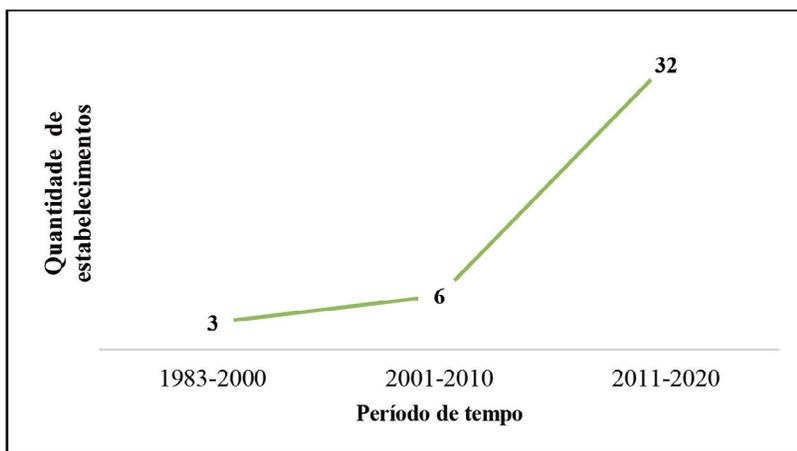
Figura 3 – Terminal Hidroviário Ruy Barata na Praça Princesa Isabel



Fonte: Thainá Nunes, trabalho de campo, 2020.

Com a quantidade de visitantes aumentando constantemente, mais pessoas buscaram aproveitar o sucesso da Ilha do Combu no cenário turístico de Belém, por isso vários estabelecimentos foram surgindo. Diante disso, houve um aumento expressivo da quantidade de estabelecimentos na ilha, como pode ser observado no Gráfico 2. De acordo com dados da pesquisa de Rodrigues (2018) somados aos dados levantados por esta pesquisa, até o ano de 2000, eram apenas três estabelecimentos, em dez anos havia seis, o que representa um aumento de 100%. Já nos últimos dez anos, de 2010 a 2020, ocorreu um aumento de 866,66%, totalizando 32 estabelecimentos – considerando a Casa do Chocolate.

Gráfico 2 – Crescimento do número de bares e restaurantes da ilha do Combu

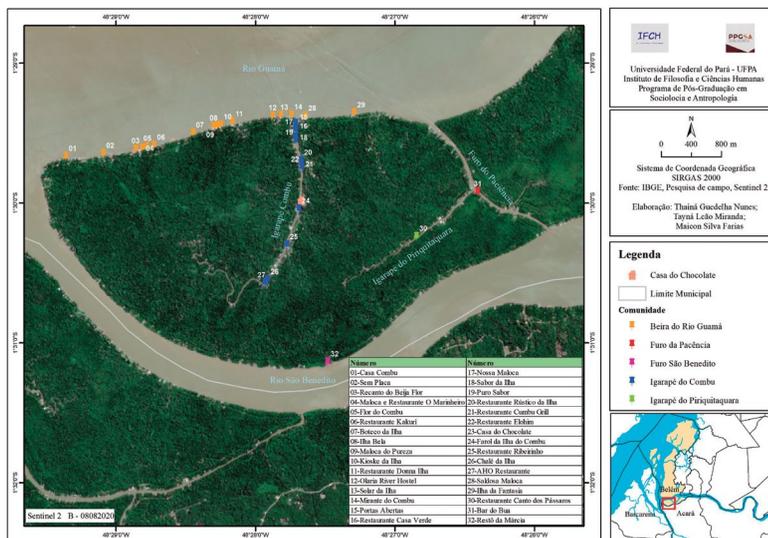


Fonte: Rodrigues (2018) e Thainá Nunes, a partir de trabalho de campo, 2020.

Esse número segue aumentando, na medida em que expande a demanda de visitantes. A cada ano se observa um novo espaço turístico em processo de construção. Diferentemente da maioria dos estabelecimentos da ilha, que transformam seu próprio trapiche em bar e restaurante, ou então, o reformam e ampliam, um que se encontrava em obras em maio 2019 estava sendo construído em um espaço da margem do rio onde havia apenas natureza. Em novembro do mesmo ano já foi possível ver que, apesar do empreendimento ainda não ter sido concluído<sup>4</sup>, uma casa atrás deste já havia sido construída, o que pode ser um indicativo de ser um novo morador da ilha atraído pela possibilidade de também se beneficiar com o turismo no local.

Das cinco comunidades, duas concentram o maior número de empreendimentos voltados para os visitantes, como pode ser visto no Mapa 1, abaixo. Em primeiro lugar está a comunidade Beira do Rio Guamá com 16, até o momento, seguido da Comunidade Igarapé do Combu com 13. As comunidades Furo da Paciência, Igarapé do Piriquitaquara e Furo São Benedito contam cada um com um bar e restaurante. Isso se dá devido ao fato das duas primeiras comunidades serem as mais populosas e pela sua localização ligeiramente mais próxima do continente, o que faz com que essas tenham maior visibilidade para os visitantes.

Mapa 1 – Localização dos bares e restaurantes da Ilha do Combu



<sup>4</sup> Este local não está incluído na contagem dos estabelecimentos acima, pois não está concluído, provavelmente devido ao seu tamanho e a chegada da pandemia.

De acordo com Barbosa e Campos (2017, p. 823), as mudanças ocorridas no mundo a partir do século XVIII “imputaram uma nova ordem global, um novo paradigma de desenvolvimento que emerge e se dinamiza com a crença de que a humanidade atravessa uma crise sem precedentes”. Uma das alternativas utilizadas para certas consequências advindas desse processo é a criação de Unidades de Conservação, assim como, a utilização dos atrativos naturais e culturais para o turismo. Dessa forma, este:

por sua vez, vem sendo apontado como uma alternativa econômica com perspectivas de sustentabilidade e um meio para conservação dos recursos naturais e culturais. Desse modo, a Amazônia passa a ser o alvo mais demandado para o fluxo no segmento do “ecoturismo” inserindo-se, assim, nos roteiros turísticos nacionais e internacionais direcionados para a sustentabilidade socioambiental (BARBOSA; CAMPOS, 2017, p. 824).

A proposta, por mais interessante que seja, como destaca os autores, precisa ser relativizada e sua realidade prática seja alvo de reflexão, pois os discursos e as motivações em prol da sustentabilidade não necessariamente se refletem em ações concretas. Mesmo quando há a efetivação da criação de uma área protegida, por exemplo, seus propósitos acabam esbarrando em diversas dificuldades na execução, e continuidade, do que fora planejado. Esse é o caso da Ilha do Combu que, embora tenha se tornado uma Área de Proteção Ambiental (APA) em 1997, vem desde o início enfrentando problemas para alcançar seus objetivos (PARÁ, 1997).

Atualmente, a administração, presidência da APA, e, conseqüentemente, o conselho gestor é de responsabilidade do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (Ideflor-bio). Uma questão importante a se destacar advinda dessa mudança são as pautas e as demandas da APA da Ilha do Combu as quais são discutidas e gerenciadas em conjunto com o Conselho Gestor do Refúgio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia, o que pode haver pontos positivos, porém certamente existem os negativos. Se os esforços da presidência de um único conselho gestor não conseguiu garantir o seu completo funcionamento, até então, dificilmente seria possível ter resultados diferentes, quando dois conselhos são executados simultaneamente. Essa mudança ocorreu devido ao fato de que Ivan José dos Santos, do Ideflor-bio, é presidente de ambos os conselhos.

Por ora, é pertinente destacar uma das competências do conselho que aparece como o primeiro item do artigo 2º da Portaria nº 1.945 da criação do Conselho Gestor, que trata sobre a elaboração e implementação do Plano

de Manejo (PARÁ, 2008). Esse item se repete no regimento interno publicado na Imprensa Oficial do Estado (caderno 2, p. 07), em 08 de janeiro de 2013, também na sua versão atualizada na resolução 01/2017, publicada em 19 de junho de 2017, no Diário Oficial (nº 33.397, p. 27): “Art. 9º. Compete à Assembléia Geral: [...] IX - acompanhar a elaboração, implementação e a revisão do Plano de Manejo; X - zelar pelo cumprimento do Plano de Manejo da APA da Ilha do Combu” (PARÁ, 2017, p. 27).

A questão é que, até hoje, a APA Ilha do Combu não possui nenhum Plano de Manejo, tendo duas tentativas frustradas de produzir tal documento (NUNES, 2017). E o turismo apareceu como pauta em apenas algumas reuniões do Conselho, sendo a primeira ocorrência na 27ª reunião, de 19 de novembro de 2015. Neste documento constam os resultados de oficinas participativas com moradores da Ilha do Combu para subsidiar o planejamento anual das Unidades de Conservação (IDEFLOR-BIO, 2015).

Foi realizado um levantamento das principais demandas e ações, em que, dentre outras ações, foi levantado como um problema: o turismo desordenado na área. Como principal causa foi apontada a ausência de regras para essa atividade no local, o que é consequência, ao menos em grande parte, da inexistência de um plano de manejo que oriente as ações na ilha. Como destacam Barbosa e Campos (2017, p. 825), o “desenvolvimento do turismo voltado exclusivamente para seu viés econômico desencadeou o processo de massificação da atividade, convencionalmente chamado de turismo de massa”. Diante disso, é apontada como uma grande problemática, a ausência de um Plano de Manejo para que se tenha a possibilidade de mitigar as interferências negativas da intensificação da atividade em uma UC.

Não há como garantir que o turismo não se dê de maneira desorganizada e insustentável sem esse documento, mesmo uma APA como plano, ainda haverá diversos desafios a serem enfrentados. Nessa oficina, a solução debatida foi trabalhar o turismo de base comunitária na ilha, tendo como parceiros a Secretaria de Estado de Turismo (SETUR), o Ideflor-bio, a Associação de Moradores Extrativistas e Pescadores da Ilha do Combu (AMEPI) e Associação dos Trabalhadores do Transporte Marítimo de Passageiros das Ilhas de Belém e Baixo Acará (ASTIB), sem indicação de quais seriam as ações para alcançar esse objetivo.

Outro elemento referente ao crescimento do turismo no local, que foi relatado por vários moradores desde 2015, levantado também durante a 31ª reunião do Conselho Gestor da APA, em 31 de outubro de 2017, é referente ao mau uso do rio para a navegação de embarcações por pessoas de fora

da ilha (IDEFLOR-BIO, 2016). Como apontado em Nunes (2017), há várias reclamações sobre a velocidade e o barulho dos *jet skis* e embarcações de grande porte que têm trafegado pelas águas da ilha.

Além de muitas vezes incomodar os moradores, é arriscado – tendo em vista que já houve acidentes, incluindo, um morador que veio a óbito depois de ser atropelado por alguém pilotando um *jet ski*. De acordo com os moradores, isso vem causando, ou ao menos, contribuindo muito para a erosão no local. Os *jet skis* é particularmente uma problemática, pois os ribeirinhos da Ilha do Combu residem às margens das águas que compõem a ilha, o que reflete como uma das possibilidades de transformações advindas do turismo na esfera ambiental, apontada por Barbosa e Campos (2017).

Figura 4 – A) Barreira para evitar a força da água e a erosão na Ilha do Combu (2019); B) Casa caída após aumento do nível das águas e erosão na Ilha do Combu (2020)



Fonte: Thainá Nunes, trabalho de campo, 2019-2020.

Na Figura 4, acima, é possível visualizar a consequência do avançar da água na beira do rio, isso levou a queda de uma casa. Além disso, houve a tentativa de uma família ribeirinha de amenizar essa questão construindo uma barreira de madeira em frente à beira do rio de seu terreno.

Na ATA da reunião mencionada acima, o conselheiro Ronaldo, representante do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), questionou sobre como proceder para delimitar as regras de navegação no local junto à Marinha. Após ser informado que os órgãos ali presentes não tinham a capacidade de realizar fiscalização quanto a isso, decidiram verificar com a Marinha e polícia sobre o que poderia ser feito. Ronaldo, então, sugeriu que fosse feita uma sinalização no local no intuito de educar e orientar os condutores que ali passassem. De fato, ao menos a última sugestão foi levada a diante e hoje é possível ver várias sinalizações para os condutores que por ali naveguem reduzam a velocidade.

Outro elemento levantado em reunião do conselho gestor, sendo possível perceber, foi a qualificação de estabelecimentos por meio do projeto Investe Turismo do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Na 32ª reunião do conselho gestor, em 14 de novembro de 2018, Leda Magda, representante dessa entidade, fez uma fala sobre o projeto e informou que a Ilha do Combu fazia parte do público alvo que buscavam atingir e que a previsão era para o ano seguinte (IDEFLOR-BIO, 2018). No trabalho de campo realizado até novembro de 2019, tal objetivo parecia ainda não ter sido alcançado, entretanto, no trabalho de campo realizado em setembro de 2020, já se viam as bandeiras do SEBRAE em vários estabelecimentos da ilha.

Além desses citados até o momento, há outros momentos em que o turismo foi pauta, porém, o que se percebe analisando as atas das reuniões do conselho gestor é que o assunto tem sido abordado de maneira superficial, *en passant*. Inclusive, vale ressaltar, na 33ª reunião, realizada no dia 25 de abril de 2019, a maior parte da reunião foi dedicada às demandas do Conselho Gestor do Refúgio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia, dando menor atenção, ao menos em questão de tempo, para os assuntos relacionados ao Conselho Gestor da APA da Ilha do Combu (IDEFLOR-BIO, 2019).

Outra mudança gerada pelo turismo é a questão dos horários de funcionamento dos estabelecimentos. Anteriormente, a visita à ilha ocorria aos fins de semana e feriados, mas passou a ser de segunda a domingo, mesmo que ainda com maior fluxo seja nos fins de semana. Um exemplo disso, é a Casa do Chocolate de Dona Nena que antes, quando a demanda de visitantes já tinha começado a aumentar, funcionava de quarta a domingo das 8h às 17h, como comenta Nayara, uma das integrantes do grupo do guia de turismo que trabalha em parceria com Dona Nena. Atualmente, devido ao aumento significativo da demanda, o estabelecimento passou a funcionar todos os dias, no mesmo horário, além disso, os funcionários se organizam revezando os dias de folga, sendo duas vezes durante a semana, sem serem dias consecutivos. De acordo com Viviane, filha de Dona Nena, em um dia do final de semana, passam pelo local uma média de 600 visitantes.

Diante da temática do turismo, nas reuniões do conselho, em 25 de abril de 2019, na 33ª reunião, houve o informe de que estaria sendo construído um roteiro de Turismo de Base Comunitária (TBC), o que não é mais citado nas reuniões seguintes. A técnica Letícia Freitas ressaltou a importância do turismo nas Unidades de Conservação, o que não foi aprofundado na ata. Outro informe ligado ao tema foi de que estava acontecendo um intercâmbio

comunitário, e um dos destinos desse seria a produção de chocolate da Filha do Combu, a Casa do Chocolate de Dona Nena (IDEFLOR-BIO, 2019a).

Por essa perspectiva, na 2ª reunião extraordinária realizada em 30 de outubro de 2019, Elda Cristina dos Santos Rêbello, nova conselheira juntamente com Sandra Maria de Simões Costa, representando a Secretaria de Economia, “ressaltou que foi muito importante o convite, e também por que a Secretaria trabalha também a questão do turismo e pelas questões ambientais existente na ilha que se agrava com o turismo desordenado” (IDEFLOR-BIO, 2019b, não paginado). Aqui fica evidente que havia a percepção de que o desenvolver dessa atividade no local estava se dando de maneira desorganizada, o que é preocupante por se tratar de uma APA muito próxima a uma área urbana e que, até o momento, ainda possui grande parte de sua natureza preservada.

Na 1ª reunião ordinária conjunta de posse do Conselho Gestor, de 11 de fevereiro de 2020, um pouco antes da pandemia se instaurar no Brasil e, a última reunião desde então, o presidente do conselho Ivan Santos “levantou uma questão sobre incentivar e fazer fluir o turismo sustentável nas áreas de unidades de conservação na APA Combu, APA Belém e REVIS, como forma de dar incentivo à economia dos comunitários que vivem nas áreas” (IDEFLOR-BIO, 2020).

Entretanto, algumas semanas depois, o país encarava uma pandemia que mudou a realidade de todos, inclusive, o turismo em geral que foi um dos segmentos mais atingidos no combate a pandemia. E, infelizmente, em mais de um ano desde fevereiro de 2019, não houve mais reuniões do conselho, isso me parece ter feito com que os moradores, mais ainda do que antes, tenham que enfrentar esse momento delicado e preocupante, sem o apoio ou orientação do Conselho Gestor. Muitos, diante das dificuldades econômicas geradas pela pandemia, acabaram abrindo seus estabelecimentos, gerando aglomeração sem máscaras, ainda que estivesse em lockdown decretado, como medida para conter estágio crítico em que estava a pandemia.

Outra transformação muito comumente atrelada à intensificação do turismo na localidade receptora é o surgimento, ou crescimento, da especulação imobiliária (BARBOSA; CAMPOS, 2017; PEREIRO; FERNANDES, 2018). Tal fato já havia sido ressaltado na 35ª reunião do conselho, em 13 de agosto de 2019, pela conselheira e moradora da ilha Izete dos Santos Costa, ao relatar a “venda desregrada de terrenos pelos próprios ribeirinhos para pessoas estranhas, que não fazem parte da comunidade” (IDEFLOR-BIO, 2019c, não paginado).

Com efeito, durante o trabalho de campo em 2019, pude observar um banner anunciando terreno, com casa e trapiche, à venda na Comunidade Igarapé do Combu (Figura 5). Isso não é recente, pois durante minha pesquisa de mestrado (2015-2017) houve um interlocutor que afirmou que já houve casos de venda de restaurante/bar para pessoas de fora da ilha, assim como de casas (NUNES, 2017).

Figura 5 – Terreno à venda na Ilha do Combu, Comunidade Igarapé do Combu



Fonte: Thainá Nunes, trabalho de campo, 2019.

Ao realizar uma breve pesquisa na internet sobre anúncios de venda na Ilha da Combu, foram encontrados dois anúncios em 2019 e cinco em 2021. Essa é uma questão que por si só é bastante complexa, mas é particularmente preocupante quando se trata de uma APA. Além das questões ambientais suscitadas, têm as questões sociais e, também, legais relacionadas à regulamentação dessas áreas pela Lei Federal nº 9.985, pertencendo essa ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) (BRASIL, 2000). Assim, a Ilha do Combu:

por ser uma APA, eles não são, oficialmente, proprietários das terras, já que são terras públicas da união, os moradores locais tem a concessão de uso para morar e para executar suas atividades econômicas. Os ribeirinhos da ilha não possuem o documento de posse da terra, pois é de patrimônio da união, o que eles possuem é um documento de permissão de uso, indicando que moram lá. Seu Careca disse que foram pessoas na sua casa, tiraram uma foto dele em frente da mesma para registrar quem está morando naquele terreno, que será passado para seus descendentes (NUNES, 2017, p. 70).

Uma novidade proveniente do crescimento do turismo no local é a hospedagem, que até 2019 não existia. Era preciso que os turistas se

hospedassem na área urbana de Belém e fizessem a travessia para visitar a ilha, a não ser que negociassem com algum morador local para passar a noite em sua residência. A primeira hospedagem se chama Olaria River Hostel, estando localizada na comunidade Beira do Rio Guamá. O estabelecimento é de pequeno porte, possuindo apenas quatro tipos de quartos, quarto misto, suíte de casal, quarto duplo e quarto família, com diárias que vão de R\$ 190,00 a R\$ 399,00.

Na ata da 35ª reunião do conselho gestor da APA, em 13 de agosto de 2019, é ressaltado a necessidade de envolver os órgãos que têm o poder de realizar fiscalização na ilha, a Polícia Fluvial e o Batalhão da Polícia Ambiental (BPA) (IDEFLOR-BIO, 2019c). Nessa mesma reunião também foi criticada a falta de mobilização dos próprios moradores que também prejudicaria o local, contudo, como exigir maior atuação dos ribeirinhos e uma fiscalização adequada se nem mesmo o conselho gestor é atuante?

## 6 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Não se pode negar que o local está passando por um processo de turistificação, gerando diversas transformações que se dão em várias esferas da vida local, como destacado por Barbosa e Campos (2017). Na esfera econômica, o turismo na Ilha do Combu tem gerado bastante empregos, nos estabelecimentos do local, na condução das lanchas para a travessia dos visitantes, na realização de passeios turísticos. Dessa forma, houve aumento da renda das famílias ribeirinhas, gerando maior qualidade de vida e desenvolvimento local. Entretanto, há a possibilidade de estar produzindo desigualdades entre os moradores da ilha, visto que as comunidades que mais têm se beneficiado com o turismo são: a Beira do Rio Guamá e a Igarapé do Combu, por serem as mais próximas do continente.

Com relação a esfera social, percebem-se as transformações na estrutura da população, pois várias pessoas externas à comunidade estão se mudando para o local e construindo seus próprios empreendimentos, com investimento, às vezes, bem acima do que os ribeirinhos. Houve abandono, por parte de muitos ribeirinhos, da atividade extrativista para focar na prestação de serviços da atividade turística.

Já na esfera cultural, nota-se uma grande valorização da cultura e dos costumes locais, o que tem, inclusive, elevando a autoestima dos moradores em relação a si mesmos e ao seu território. Entretanto, depreende-se que a

estrutura dos restaurantes, antes com uma infraestrutura tradicional, agora tem se assemelhado às estruturas mais modernas e tipicamente urbanas, como: piscinas artificiais, móveis e decorações menos rústicas. E na esfera ambiental, há o crescimento da poluição dos rios e da mata, erosão e derrubada de vegetação para construção de mais estabelecimentos.

Nesse sentido, cada local possui determinados tipos de atrativos turísticos que podem ser ofertados para os visitantes, dependendo do que cada pessoa busca para seu lazer. Desse modo, há uma série de classificações de segmentos do turismo como, por exemplo, turismo rural, turismo urbano, ecoturismo, turismo cultural, turismo de sol e praia, turismo de base comunitária e, assim, em diante. Em outras palavras, tais ofertas turísticas se baseiam nas atrações artificiais e naturais de uma dada região, onde são encontrados produtos turísticos para a satisfação dos visitantes.

É justamente esse cotidiano, esse modo de vida e a forte presença do meio natural que instiga as pessoas da área urbana a conhecer a Ilha do Combu. Não só para tomar banho no rio, mas também para presenciar suas atividades econômicas que soam como exóticas aos olhos urbanos. Como por exemplo, a fabricação da farinha, que acontece no Acará, ou mesmo a “fábrica” de chocolate da dona Nena, que hoje virou parte do roteiro turístico na ilha para conhecer e comprar seus produtos artesanais, ou a subida no açazeiro, pois os moradores afirmam que quanto mais de longe o turista for, mais se impressionam com essa prática. Isso ocorre porque “o atrativo turístico possui, via de regra, maior valor quanto mais acentuado for seu caráter diferencial. O turista procura sempre conhecer aquilo que é diferente do seu cotidiano” (IGNARRA, 1999, p. 48).

Para Paiva (1995), a relação entre turismo, lazer e cultura pode ser um fator importante para integração social. Todavia, o que vem sendo observado na Ilha do Combu é que os bares e restaurantes têm sido o principal destino escolhido pelo público, onde as relações estabelecidas têm se mostrado puramente comercial. Para o autor, isso ocorre devido à “mercadização do lazer via turismo, através da oferta de produtos massificantes, [que] pode levar a recreação a se transformar em fator alienante e de desagregação social” (PAIVA, 1995, p. 36).

Em 2009, no “Diagnóstico da Área e das Atividades Turísticas do Pólo Belém – PA”, da PARATUR, a Ilha do Combu aparece como um potencial turístico que está em processo de exploração e desenvolvimento, sendo enquadrada nos seguimentos: Turismo de Estudos e Intercâmbios, Turismo Cultural e o Ecoturismo. No documento, a ilha é considerada como atração

por ser uma APA, ou seja, para contemplação, pela grande presença da natureza e pela vida ribeirinha que ali se encontra (PARÁ, 2009).

Porém, foi destacada a existência de muitos problemas que estariam “prejudicando” o desenvolvimento do turismo local, em grande parte, relacionados à infraestrutura para recepção dos turistas. Tais apontamentos em um documento importante relacionados ao turismo reforçam a concepção de que, muitas vezes, os visitantes são tidos como prioridade por serem eles os portadores do dinheiro a ser gasto por meio dessa atividade, ao invés de também ser dada a devida importância para as comunidades receptoras que são as que serão impactadas, seja positivamente ou não.

Diante do exposto, Ignarra (1999) ressalta a importância de aprender com os desastres e problemas enfrentados por outras localidades, para que os mesmos erros não se repitam em diferentes destinos turísticos. Por isso, a Ilha do Combu, em um grande potencial turístico, tem uma grande importância como uma APA e sua turistificação ainda é relativamente recente. Se não for dada a devida atenção, e nenhuma intervenção concreta for feita, o turismo poderá seguir crescendo desordenadamente, colocando em risco cada vez mais a ilha e sua população, até então, majoritariamente tradicional.

## REFERÊNCIAS

- BANDUCCI JÚNIOR, Á. Turismo e Antropologia no Brasil: estudo preliminar. *In: BANDUCCI JÚNIOR, Á.; BARRETO, M. (org.). Turismo e identidade local: uma visão antropológica*. 5. ed. Campinas, SP: Papirus, 2006. p. 21-47.
- BARBOSA, H. D.; CAMPOS, R. I. Experiências de turismo em unidades de conservação em áreas haliêuticas no Estado do Pará/Amazônia. *PASOS: revista de turismo y patrimonio cultural*, [s. l.], v. 15, n. 4, p. 823-839, oct. 2017.
- BARRETO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. Campinas, SP: Papirus, 2003.
- BARRETO, M. Os estudos antropológicos sobre o turismo no Brasil: uma história recente. *In: GRABURN, N. et al. Turismo e antropologia: novas abordagens*. Campinas, SP: Papirus, 2009. p. 53-66.
- BATISTA, S. Cultura ribeirinha: a vida cotidiana na Ilha do Combu/Pará. *In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS*, 5., 2011, São Luís. *Anais [...]*. São Luís: JOINPP/UFMA, 2011. Não paginado. Disponível em: [http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA\\_EIXO\\_2011/ESTADO\\_CULTURA\\_E\\_IDENTIDADE/CULTURA\\_RIBEIRINHA\\_A\\_VIDA\\_COTIDIANA\\_NA\\_ILHA\\_DO\\_COMBUPARA.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/JORNADA_EIXO_2011/ESTADO_CULTURA_E_IDENTIDADE/CULTURA_RIBEIRINHA_A_VIDA_COTIDIANA_NA_ILHA_DO_COMBUPARA.pdf). Acesso em: 20 jan. 2019.

BELEMTUR. Coordenadoria Municipal de Turismo de Belém. **Inventário da Oferta Turística de Belém**, Belém: Belemtur, 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 12 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2000]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19985.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm). Acesso em: 18 mar. 2023.

BURNS, G. (2004) Anthropology and Tourism: Past Contributions and Future Theoretical Challenges. **Anthropological Forum**, [s. l.], vol. 14, p. 5-22, 2004. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/0066467042000189908>. Acesso em: 12 fev. 2022.

COMBU, onde se inventa a prosperidade. **O Liberal**, Belém, 16 jul. 1989.

DERGAN, J. M. B. **História, memória e natureza: as comunidades da Ilha do Combú-Belém-PA**. 2006. 217 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

DOENÇAS ameaçam a infância ribeirinha. **O Liberal**, Belém, 07 jul. 2008.

ECONOMIA das ilhas depende do açaí. **O Liberal**, Belém, 27 fev. 2006.

GRABURN, N. Entrevista com Nelson Graburn. [Entrevista cedida a Rodrigo Grünewald e Carlos Alberto Steil] **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 14, n. 29, p. 341-368, jan./jun. 2008.

IGNARRA, L. R. **Fundamentos do turismo**. São Paulo: Pioneira, 1999.

IDEFLOR-BIO. Conselho Deliberativo. **Relatório da oficina de planejamento na 27ª reunião ordinária do Conselho Gestor da APA da Ilha do Combu**. Belém: Ideflor-bio, 19 nov. 2015.

IDEFLOR-BIO. Conselho Deliberativo. **Ata da 31ª reunião do Conselho Gestor da APA da Ilha do Combu**. Belém: Ideflor-bio, 31 out. 2016.

IDEFLOR-BIO. Conselho Deliberativo. **Ata da 32ª reunião do Conselho Gestor da APA da Ilha do Combu**. Belém: Ideflor-bio, 14 nov. 2018.

IDEFLOR-BIO. Conselho Deliberativo. **Ata da 33ª reunião do Conselho Gestor da APA da Ilha do Combu**. Belém: Ideflor-bio, 25 abr. 2019a.

IDEFLOR-BIO. Conselho Deliberativo. **Ata da 2ª reunião extraordinária do Conselho Gestor da APA da Ilha do Combu**. Belém: Ideflor-bio, 30 out. 2019b.

IDEFLOR-BIO. Conselho Deliberativo. **Ata da 35ª reunião do Conselho Gestor da APA da Ilha do Combu**. Belém: Ideflor-bio, 13 ago. 2019c.

IDEFLOR-BIO. Conselho Deliberativo. **Ata da 1ª Reunião ordinária conjunta de posse dos conselhos da APA da Ilha do Combu e Refúgio de Vida Silvestre Metrópole da Amazônia – biênio 2020 a 2022**. Belém: Ideflor-bio, 11 fev. 2020.

MOREIRA, E. **Belém e sua expressão geográfica**. Belém: Imprensa Universitária, 1966.

NO COMBU, a riqueza desprezada. **O Liberal**, Belém, 27 mar. 1994.

NUNES, T. G. **Viver às Margens do Rio: Identidade e pertença na Ilha do Combú/Pa**. 2017. 167 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

O PARAÍSO mora em frente. **O Liberal**, Belém, 19 dez. 1997.

PAIVA, M. G. M. **Sociologia do turismo**. Campinas, SP: Papirus, 1995.

PAKMAN, E. Sobre as definições de turismo da OMT: uma contribuição à história do pensamento turístico. In: SEMINÁRIO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 11., 2014, Ceará. **Anais [...]**. Fortaleza: ANPTUR/UECE, 2014. p. 1-20.

PARÁ. **Lei nº 6.083, de 13 de novembro de 1997**. Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combu no Município de Belém. Belém: Assembleia Legislativa do Estado do Pará, [1997]. Disponível em: [https://documentacao.socioambiental.org/ato\\_normativo/UC/5130\\_20200928\\_203500.pdf](https://documentacao.socioambiental.org/ato_normativo/UC/5130_20200928_203500.pdf). Acesso em: 12 fev. 2022.

PARÁ. **Portaria nº 1.945, de 14 de outubro de 2008**. Criação do Conselho Gestor da APA da Ilha do Combu. Secretaria do Estado de Meio Ambiente. Diário Oficial do Estado do Pará nº 31283, de 24 de outubro 2008.

PARÁ. **Diagnóstico da Área e das Atividades Turísticas do Pólo Belém – PA**. Belém: Expansão Gestão em Educação e Eventos/Paratur/Ministério do Turismo, 2009.

PARÁ. Conselho Gestor da APA da Ilha do Combu. **Resolução nº 01/2017**. Regimento interno do conselho da Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combu. Diário Oficial do Estado do Pará nº 33397, de 19 de junho de 2017.

PEREIRO, X.; FERNANDES, F. **Antropologia e turismo: teorias, métodos e práxis**. Tenerife: Pasos, 2018.

RODRIGUES, Á. F. A. C. **A produção do espaço pelo e para o turismo na Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combu (Belém- Pará)**. 2018. 332 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

SANTOS, R. J. D.; BARRETTO, M. Aculturação, impactos culturais, processos de hibridação: uma revisão conceitual dos estudos antropológicos do turismo. **Turismo em Análise**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 244-261, 2006.

SERRA, D. R. A turistificação e patrimonialização na representação do espaço do Círio de Nazaré em Belém-PA. **Papers do NAEA**, Belém, v. 28, p. 269-281, 2019.

UNITED NATIONS. **International Recommendations for Tourism Statistics**. New York: UNWTO/OMT, 2008.

Submissão: 07/10/2021 • Aprovação: 03/04/2023